

REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

FILOLOGIA E HUMANIDADES DIGITAIS

ARTIGO

OS TESTEMUNHOS DE “APARECEU A MARGARIDA”: NOTAS SOBRE A PRÁTICA DE EDIÇÃO FAC-SIMILAR

THE TESTIMONIES OF “APARECEU A MARGARIDA”: NOTES ON THE PRACTICE OF FACSIMILE EDITING

EMERSON RIBEIRO MAIA JÚNIOR

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult/UFBA). E-mail: emermaiainvest@gmail.com

FABIANA PRUDENTE CORREIA

Doutora em Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Professora da UFBA. E-mail: prudente.fc@gmail.com

RESUMO

O artigo discute a prática de edição fac-similar digital a partir da análise crítica de documentos de censura referentes às montagens da peça *Apareceu a Margarida* (1971-1985), de Roberto Athayde, um dos maiores sucessos da dramaturgia brasileira. A pesquisa busca preservar e disponibilizar fontes primárias que revelam o funcionamento da censura durante a ditadura civil-militar, destacando carimbos, marcas e anotações que testemunham as intervenções do Estado sobre a criação artística. São apresentados critérios metodológicos de classificação, digitalização e transposição dos documentos, assim como reflexões sobre a intervenção editorial, a ética na preservação da integridade documental e o uso de tecnologias digitais para a construção de fac-símiles enriquecidos com metadados. A investigação evidencia a relevância desses registros como documentos/monumentos que contribuem para o letramento histórico, o estudo da censura no Brasil e a valorização da Filologia em diálogo com as Humanidades Digitais.

ditadura militar; humanidades digitais.

Palavras-chave: Edição fac-similar; censura teatral; filologia;

ABSTRACT

This article discusses the practice of digital facsimile editing through the critical analysis of censorship documents related to the stagings of the play *Apareceu a Margarida* (1971-1985), by Roberto Athayde, one of the greatest successes of Brazilian dramaturgy. The research aims to preserve and provide access to primary sources that reveal how censorship operated during the civil-military dictatorship, highlighting stamps, marks, and annotations that testify to the State's interventions in artistic creation. Methodological criteria for classification, digitization, and document transposition are

presented, along with reflections on editorial intervention, the ethics of preserving documentary integrity, and the use of digital technologies to build facsimiles enriched with metadata. The study demonstrates the relevance of these records as documents/monuments that contribute to historical literacy, the study of censorship in Brazil, and the valorization of Philology in dialogue with Digital Humanities.

Keywords: Facsimile editing; theatrical censorship; philology; military dictatorship; digital humanities.



Open access journal: <http://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus>
ISSN 0101-8841

PRIMEIRAS PALAVRAS

Discute-se, no presente artigo, a metodologia de edição fac-similar digital, a partir da leitura crítica dos documentos de censura referentes às montagens do sucesso da dramaturgia brasileira *Apareceu a Margarida* (doravante AM), de Roberto Athayde. Essa análise visa preservar e tornar acessíveis documentos históricos de grande relevância, proporcionando uma compreensão mais profunda das práticas censórias da época e do impacto da censura na recepção e na interpretação da obra teatral. Além disso, este trabalho pretende contribuir para os estudos de história cultural e política do Brasil ao oferecer considerações sobre o trabalho de edição e a disponibilização das fontes primárias para promoção de um letramento político através da leitura e do acesso a testemunhos relacionados aos processos de criação e circulação do texto em diversos órgãos de vigilância estabelecidos pelo Ato Institucional nº 5.

“Apareceu a Margarida” é considerada um dos maiores sucessos da dramaturgia brasileira, consiste numa tragicomédia em que uma professora com sintomas de esquizofrenia pode ser lida como personificação da ditadura civil-militar no Brasil (Correia, 2012). Dadas as suas várias montagens por todo o país, AM foi submetida a processos de censura prévia diversas vezes entre os anos de 1971 a 1985, o que gerou uma extensa massa documental composta por tipologias diversas, como ofícios, pareceres e relatórios, que muito revelam como os instrumentos e órgãos da polícia federal atuavam na vigilância às artes durante a ditadura. Por portar importantes evidências sobre a história do texto, que somente o estudo de sua tradição direta não poderia dar conta, considerou-se essa massa documental tipologicamente diversa uma fonte para estudo dos processos de criação, assim como a sua consecutiva importância sócio-histórica.

Os documentos de censura investigados correspondem a cópias dos originais disponibilizados pelo Arquivo Nacional-DF, conforme trabalho de recensão desenvolvido por Correia (2012). Tais documentos incluem elementos como carimbos, traços, abreviaturas e anotações marginais que indicam tipologias diversas, que muito contam em sua materialidade acerca do contexto e das práticas censórias da época. A presença desses detalhes nos documentos acrescenta camadas de significado que são fundamentais para o estudo da censura e da circulação da obra teatral e, por isso, tornou-se pertinente a proposta de sua edição fac-similar. Com isso, entendeu-se que a urgência do cuidado metodológico é crucial e está em uma esfera que foge de um idealismo da reprodução fidedigna, mas sim busca de uma edição que respeita a integridade e a autenticidade dos documentos, proporcionando aos pesquisadores, professores e alunos uma experiência próxima ao manuseio dos originais e permitindo uma investigação, ensino e aprendizado mais aprofundados sobre o impacto da censura na dramaturgia brasileira nos idos dos anos 1970 e 1980.

A partir dessa abordagem, apresenta-se um conjunto de observações sobre o aspecto interventivo do editor nas edições fac-similares adotar práticas e decisões sobre os documentos históricos que dispõe, buscando não apenas preservar a autenticidade e a integridade dos documentos históricos, mas também oferecer uma leitura acessível e enriquecedora para o estudo crítico desses registros, assegurando que as histórias de repressão e censura sejam eticamente documentadas e compreendidas em seu contexto histórico.

AS CÓPIAS DOS DOCUMENTOS DE CENSURA DE *APARECEU A MARGARIDA*

Os documentos de censura da peça “Apareceu a Margarida” constituem um conjunto significativo de registros que documentam as interações entre o Estado censor e a produção teatral de Roberto Athayde. Tais materiais constituem cópias utilizadas nesta pesquisa como fontes representativas dos seus originais, em busca de uma leitura e crítica detalhada das restrições e modificações impostas à peça, refletindo o controle exercido sobre a cultura e a expressão artística durante o período de censura no Brasil.

Cada documento de censura apresenta peculiaridades que são fundamentais para a compreensão do processo censório e das suas implicações sobre a obra. Os traços físicos presentes nos documentos (tais como carimbos, assinaturas e marcas d’água) não são meros detalhes, eles são testemunhos das decisões e interações dos censores com o texto teatral, por possuírem elementos que revelam a extensão da intervenção do Estado e as justificativas apresentadas para a censura, oferecendo uma espécie de *gestalt* das práticas censórias da época através da potência filológica de identificar fragmentos. Acerca de tal potência, Gumbrecht (2007) disserta:

Uma vez que tenhamos imaginado, com base em um fragmento, uma *gestalt* que pensamos corresponder (ainda que de forma grosseira) à intenção primária de quem a produziu, podemos começar a estabelecer uma tipologia de diferentes tipos de fragmentos, distinguindo diferentes princípios que podem ter interferido no produto da intenção original do produtor [...] (Gumbrecht, 2007, p. 25).

Com isso, sugere que, ao examinar um fragmento, o exercício de leitura parte da reconstrução histórica possível a partir do estabelecimento de diferentes relações associadas aos fragmentos que se dispõe. Aplicando essa perspectiva aos documentos de censura, observa-se que cada fragmento pode ser visto como uma manifestação de intenções e influências diversas. Esses elementos não apenas refletem as intencionalidades dos censores, mas também as respostas e adaptações do autor às imposições recebidas.

Ao estudar esses fragmentos, é possível discernir os diferentes princípios de intervenção que contribuíram para

moldar o texto da peça, oferecendo uma visão detalhada das dinâmicas de poder e de controle presentes na época. Os documentos de censura, por si, não se apresentam apenas documentos inertes de um processo burocrático de criação, mas podem ser lidos como testemunhos ativos que, quando analisados com atenção filológica, revelam complexas interações entre criação artística e repressão política. Ou, em palavras de Borges (2008), são *gestalts* que podem ser lidos como testemunhos-documentos-monumentos, uma vez que:

[...] TEXTO, do latim *textus*, quer dizer ‘tecido’, e como tal é entendido como produto acabado, detentor de uma verdade, por um lado, e como construção, algo que se elabora através de seus elementos constitutivos, por outro, indicando percursos que devem ser respeitados, ou seja, “o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo” (Barthes, 2006, p. 74), TESTEMUNHO, do latim *testimoniu*, significa ‘prova, testemunha’, e DOCUMENTO, do latim *documentu*, proveniente do latim *docere*, ‘ensinar’, ‘mostrar’, também, nesta acepção, tem o sentido de ‘prova’, aquilo que é mostrado, ou escritura destinada a comprovar algo, teriam sentidos semelhantes enquanto “base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo, prova etc.” (Cf. verbetes no Aurélio). MONUMENTO, do latim *monumentu*, destina-se a transmitir à posteridade a memória de um fato, de uma obra ou de alguém (Borges, 2008, p. 89).

A postura sugerida por Gumbrecht (2007) e a consideração de Borges (2008), acerca dos documentos, conduzem a leitura ativa dos documentos de censura a considerar a multiplicidade de fatores que influenciaram como o texto se tornou conhecido, reconhecendo a importância de cada detalhe material na reconstrução da história textual e cultural de AM. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda e rica das práticas censórias e de suas repercussões na produção cultural brasileira, valorizando os documentos de censura como fontes essenciais para o estudo histórico e literário.

A massa documental que se dispõe foi identificada em trabalho desenvolvido por Maia Jr. e Prudente (2023) como pertencente a cinco processos de montagem de *Apareceu a Margarida*, sendo assim listados: os processos de 1971 e 1973, ocorridos no Rio de Janeiro e de responsabilidade da Alpha Produções; os de 1975 e 1983, ocorridos em Salvador sob a petição de Lygia Quintella Lins¹; e o processo de 1985, em Feira de Santana, por solicitação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Note-se que a multiplicidade dos processos muito contam sobre uma história de sucesso e reconhecimento do enredo. Isso se dá pois *Apareceu a Margarida* parte do primeiro esforço de montagem de Roberto Athayde, foi amplamente aclamada pela crítica, consolidando seu espaço entre os enredos mais famosos do Brasil e continuando a

ser encenada até hoje, com traduções para várias línguas, incluindo espanhol, francês, inglês e russo. Inicialmente encenada por Marília Pêra, que se destacou nas montagens do Rio de Janeiro, e dirigida por Aderbal Freire Junior, o enredo tem suas primeiras desenvolturas para montagem em espaços privilegiados da comunidade carioca. Seu autor, Roberto Athayde, um jovem dramaturgo engajado nas questões políticas de seu tempo, buscava alcançar o estrelato através de seu processo criativo, mas encontrou obstáculos na vigilância da censura.

Roberto Athayde (doravante RA), filho do renomado cronista e presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, retornou ao Brasil após quatro anos estudando artes nos Estados Unidos e na França. De volta ao país, confrontou-se com os rígidos padrões morais da ditadura militar, que se opunham a seus ideais democráticos. Suas observações sobre o mundo e as questões políticas de sua época o levaram a escrever cinco peças conhecidas como “As peças precoces”, publicadas pela Editora Nova Fronteira (Athayde, 2003): “O reacionário”, “Um visitante do alto”, “Manual de sobrevivência na selva”, “Apareceu a Margarida” e “No fundo do sítio”. Essas peças, marcadas por temas sociais, abordam questões de gênero, críticas ao autoritarismo, conflitos na elite carioca e outros tópicos que provocavam o sistema político vigente (Prudente, 2018). No caso de AM, isso pode ser em atos como:

Dona Margarida quer ajudar vocês a não dizerem nada. Ajudar vocês a não terem nada de próprio para dizer. É assim que dona Margarida prepara vocês para a vida. Porque na vida ninguém diz nada. Ninguém tem nada de próprio para dizer. [...] Dona Margarida ensina vocês a serem completamente inexpressivos (Athayde, 2003, p. 162).

Durante os anos de 1968, em pleno regime militar e sob o governo de Costa e Silva, o Brasil testemunhou uma intensificação do processo de censura, acompanhado por uma série de mudanças na organização e nos procedimentos do aparato censório. Como observado por Garcia (2009), esse período foi marcado por uma sistematização mais rigorosa da censura, ao mesmo tempo em que ocorriam processos de centralização e de descentralização sem seu organograma procedimental (federalização ou não da censura). Essa conjuntura política e administrativa teve um impacto significativo no ambiente artístico e cultural do país, resultando em uma vigilância cada vez mais rigorosa sobre as produções artísticas, incluindo o teatro.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, marcou um dos momentos mais sombrios da história política do Brasil durante o regime militar. Esse ato conferiu poderes excepcionais ao governo, permitindo a suspensão de direitos políticos e civis, além de instituir uma série de medidas autoritárias que restringiam as liberdades individuais e coletivas dos cidadãos.

Uma das principais disposições do AI-5 foi a suspensão dos direitos políticos, o que implicava na cessação de privilégios de foro por prerrogativa de função, na suspensão do direito de votar e ser votado em eleições sindicais, e na proibição de atividades ou manifestações sobre assuntos de natureza política contrárias ao governo vigente. Essas medidas conferiram ao governo amplos poderes para reprimir qualquer forma de oposição política e silenciar vozes discordantes.

A suspensão do direito de *habeas corpus* e a possibilidade de decretar estado de sítio foram duas das implicações mais graves do AI-5. O *habeas corpus* é um instrumento fundamental de proteção dos direitos individuais, garantindo que qualquer pessoa detida ilegalmente possa ser responder o processo em liberdade. No entanto, com a suspensão desse direito, o governo ganhou poder para deter e manter presos seus opositores sem a necessidade de justificativa legal, violando flagrantemente os princípios democráticos e os direitos humanos.

A proposta de estado de sítio também representava uma ameaça à liberdade e à democracia, uma vez que permitiria ao governo impor restrições ainda mais severas às liberdades individuais, como a restrição de movimento, a censura prévia e a suspensão de garantias constitucionais.

Isso criou um clima de medo e incerteza na sociedade, incentivando a autocensura e reprimindo a expressão artística.

Considera-se como um impacto da censura prévia a própria metodologia de submissão amparada pela Portaria nº 42/75-SCDP². Essa portaria definiu as etapas da montagem teatral, assegurando que o conteúdo da peça estivesse em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo regime militar e que, como apontou o ex-censor Coriolano de Loyola Cabral (1975), estivesse sujeito a cortes de diversas ordens (moral, política, etc). As etapas desse procedimento eram: inscrever o autor na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) e adquirir uma carta de solicitação da SBAT para o exame prévio do texto; dar entrada no requerimento de censura na sede local da Departamento da Polícia Federal (DPF) e Departamento de Censura às Diversões Públicas (DCDP) e apresentar três cópias do texto original para exame de leitura de texto por censores locais; ser submetido ao ensaio geral com cenografia, sonoplastia, figurino e maquiagem completos, a serem observados pelos censores; receber um certificado de censura provisório com validade de três meses, enquanto toda a documentação com pareceres das etapas anteriores é enviada para Brasília; aguardar o recebimento do certificado definitivo, com validade de cinco anos e de caráter nacional, carimbado e assinado pelo órgão central federal responsável pela censura prévia.

Sendo assim, o primeiro passo era ser representado pela SBAT e, em seguida, submeter o texto da peça às autoridades competentes, preenchendo um requerimento de censura e fornecendo três cópias do texto original para análise. Com a efetivação do protocolo, uma cópia do texto era encaminhada para Brasília. Após a aprovação inicial do

texto, a peça era encenada em um ensaio geral para que as autoridades pudessem avaliar sua forma de apresentação. Caso a peça atendesse às exigências da censura durante o ensaio geral, seria emitido um certificado de censura provisório, permitindo sua apresentação ao público. Em seguida, a apresentação da peça, os pareceres e relatórios dos censores eram revisados para a emissão do certificado definitivo de censura, garantindo que a peça continuasse em cartaz em conformidade com as normas estabelecidas pelo regime. Como aponta Correia (2012), esse processo poderia durar meses e, dadas as dificuldades de montagem de uma peça, sufocou a produção teatral no período. Destarte, AM, por sua baixa necessidade de recursos para montagem de seu enredo (seu cenário consistia basicamente de uma lousa e uma mesa, simulando uma sala de aula) e, dado o seu privilégio de produção e as boas relações que os produtores de Athayde mantinham com os censores da época, tornou-se possível de ser montada, apesar dos encaixos da censura.

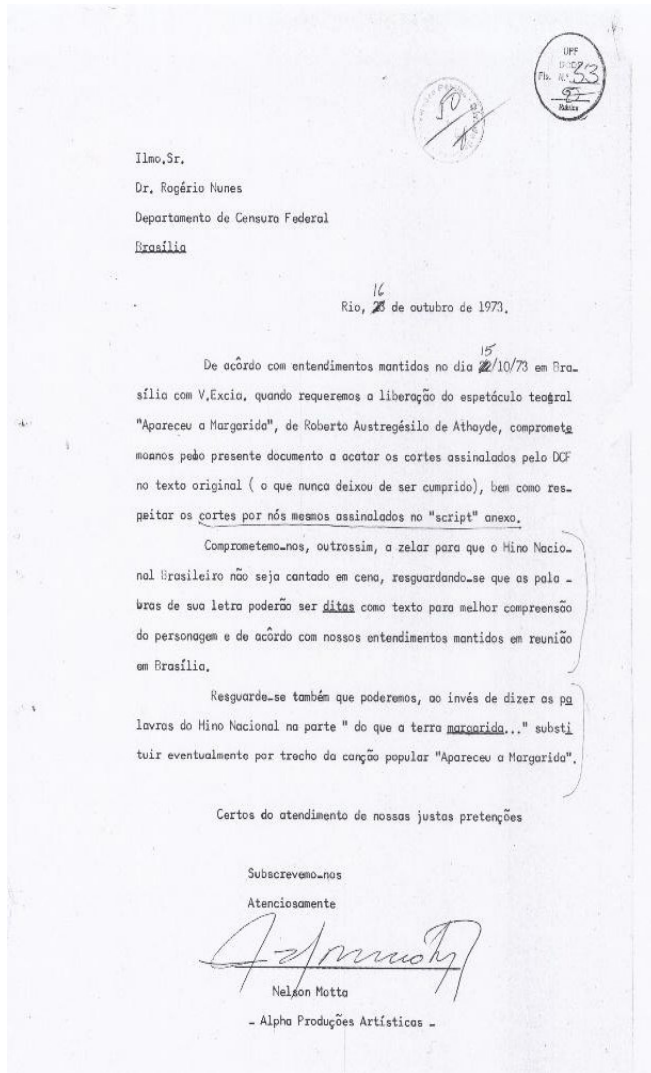
Dentre as polêmicas em que a peça foi envolta, para exemplificação de como a história de criação do texto acompanha seus trâmites burocráticos prescritos pelo AI-5, destaca-se uma das tramas de censura envolvendo “Apareceu a Margarida”, durante o governo do então presidente Emílio Garrastazu Médici. Ocorreu que, no processo de submissão, o título original da peça, “A Esquizofazia Didática ou Do que a terra, Margarida”, foi interpretado como uma referência direta ao Hino Nacional, o que conflitava com os princípios estabelecidos pelo AI-5. Sobre esse assunto, Correia (2012) comenta:

A alusão ao Hino Nacional Brasileiro também é um aspecto a ser estudado no título original. O trecho “do que aterra, Margarida” é repetido três vezes no corpo do texto. Note-se que aterra é grafado como uma só palavra, em D71RJ e em D73RJ, homófono à expressão a terra, do Hino Nacional. A correspondência fonética das terminações margarida/mais garrida consiste em um homeoteleuto, figura de linguagem considerada, por muito tempo, a origem da rima (Correia, 2012, p. 173).

Consequentemente, o autor foi obrigado a alterar o título para “Apareceu a Margarida”, como uma medida para evitar possíveis sanções e restrições impostas pelo governo autoritário vigente. Essa mudança ilustra o contexto de intensa vigilância e controle sobre a produção cultural durante o regime militar, onde até mesmo detalhes aparentemente insignificantes podiam ser interpretados como ameaças à ordem estabelecida. Essa interferência na nomenclatura da peça não apenas evidencia o alcance intrusivo da censura sobre a expressão artística, mas também ressalta a sensibilidade das autoridades em relação a qualquer indício de crítica ou desvio ideológico. Nesse contexto de vigilância e repressão, os artistas muitas vezes se viram obrigados a autocensurar-se e a adaptar seu trabalho para se adequar às exigências do regime, comprometendo assim sua liberdade criativa e sua capacidade de expressão.

É curioso observar que Correia (2012), ao relatar esse episódio em sua dissertação que propunha a edição sinóptica dos textos de tradição direta relacionados à peça, recorreu a um documento de censura que não fazia parte do *corpus* inicialmente organizado, no caso a solicitação enviada por Nelson Motta ao chefe do DCDP em Brasília (Imagem 1). Esse incidente revela uma perspectiva interessante sobre a historicidade da obra e seu impacto na sociedade da época.

Figura 1 - Requerimento encaminhado pela Alpha Produções Artísticas com fins de liberação do espetáculo teatral *Apareceu a Margarida*. 16 out. 1973. 1 f. Procedência: COREG-AN-DF (DCDP). Assina: Nelson Mota.

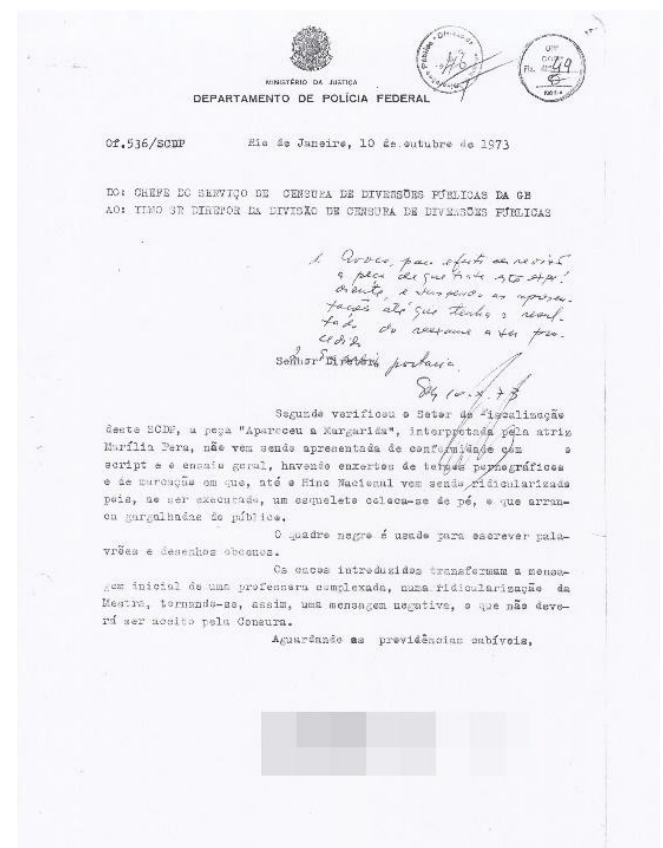


Fonte: COREG-AN-DF (DCDP).

A utilização de um documento de censura como fonte complementar conduz à leitura que se propõe ao estudo da historicidade para a importância de considerar não apenas os materiais de criação, mas também os registros dos efeitos de recepção da obra, de maneira a perceber que os elementos que contribuem para a compreensão da história literária e da recepção de uma obra teatral podem estar dispersos em uma variedade de fontes, incluindo documentos de censura que registram as reações e os controles exercidos sobre a peça após sua produção.

Essa abordagem ampliada da pesquisa histórica ressalta a complexidade da relação entre arte e sociedade, destacando que a compreensão completa de uma obra teatral requer a atenção não apenas de seu contexto de criação, mas também dos contextos de recepção e circulação que moldaram sua trajetória ao longo do tempo. Assim, o fato de Correia ter encontrado informações relevantes em um documento de censura que não estava inicialmente incluído em seu *corpus* destaca a importância de uma abordagem abrangente e multidisciplinar no estudo da história e da recepção dos textos, como "*Apareceu a Margarida*". Dada a essa atenção, as cópias disponibilizadas tornaram-se fontes deslocadas para atenção principal na pesquisa aqui desenvolvida. A consideração do requerimento apontado por Correia (2012) configurou uma possibilidade da história que conduz o processo criativo de AM a partir de sua documentação censória e de seu teor de cumulatividade com outros testemunhos que também historicizam sobre como peça foi recebida pelos censores de sua época (Figuras 2 e 3).

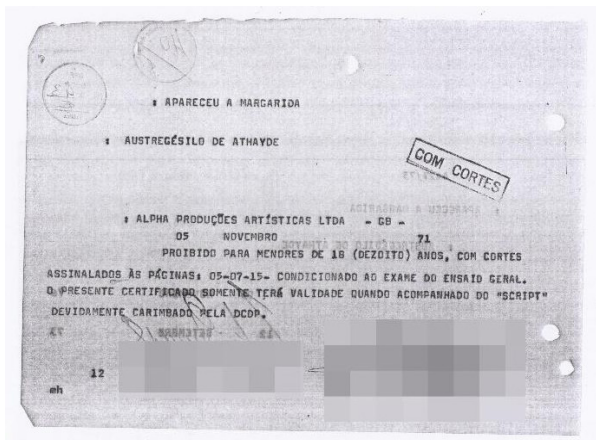
Figura 2 - Ofício nº 536/SCDP encaminhado pelo SCDP ao DCDP exigindo providências cabíveis à montagem de *Apareceu a Margarida* devido ao não cumprimento do script autorizado. 10 out. 1973. 1 f. Assina: O.M. Procedência: COREG-AN-DF (DCDP)



Fonte: COREG-AN-DF (DCDP).

A partir das figuras acima, é perceptível que a análise dos documentos de censura relacionados à mudança de título da peça "*Apareceu a Margarida*" revela nuances significativas relacionadas à produção literária da época, que muitas vezes não são documentadas em sua tradição direta³.

Figura 3 - Certificado de censura retificado de *Apareceu a Margarida*. 15 set. 1973. Assina: R.N. e D.B..1 f (verso e reto).



Fonte: COREG-AN-DF (DCDP).

A consideração dessas cópias de documentos para estudo não apenas se enquadra nos interesses da Filologia enquanto “um campo de saberes multidisciplinares que tem como objeto de estudo o texto” (Prudente; Sacramento, 2022) e da Crítica Textual, definida como “[...] uma área do conhecimento que se ocupa do estudo do texto em perspectiva material, histórica e social (Almeida, Borges, Souza, 2023), mas também representa um estudo dos efeitos de recepção e seus impactos no processo de criação do texto, que pode ser considerado um testemunho-documento-monumento (Borges, 2005).

No presente, recortou-se como as intervenções e escolhas do editor podem alterar a forma como esses documentos são apresentados e lidos para futuras pesquisas e exercícios de letramento históricos. De maneira a ressaltar a importância de uma abordagem cuidadosa e reflexiva na edição e disponibilização de documentos de censura, garantindo que sua integridade e significado histórico sejam preservados e contextualizados adequadamente. Ao examinar esses documentos sob uma perspectiva filológica e crítica textual, é possível não apenas reconstruir os eventos e processos históricos associados à produção e recepção da obra teatral, mas também compreender melhor as dinâmicas de poder e controle que permeavam o ambiente cultural da época.

METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA O EXERCÍCIO DA EDIÇÃO FAC-SIMILAR DOS DOCUMENTOS DE APARECEU A MARGARIDA

Ao considerar a apresentação dos documentos de censura como fontes primárias para estudos históricos e culturais, foi necessário fazer escolhas cuidadosas em relação ao tipo de edição a ser adotado. O objetivo de conservar a integridade e a autenticidade do testemunho contido nesses documentos, permitindo que suas lições históricas fossem transmitidas de forma fiel e acessível aos pesquisadores e ao público em geral, conduziu a edição fac-similar como uma opção inicialmente preferida, sendo reconhecida como uma abordagem mais conservadora (Cambraia, 2005; Duarte, 2019 [1997]).

Em tese, ao optar por uma abordagem conservadora, o filólogo-editor busca fornecer aos leitores uma visão direta e imediata dos materiais originais, permitindo que tirem suas próprias conclusões e interpretações com base nos dados brutos disponibilizados. Segundo Cambraia (2005):

A edição fac-similar (também chamada de fac-símile, fac-similada ou mecânica) baseia-se, em princípio, no grau zero de mediação, porque, neste tipo, apenas se reproduz a imagem de um testemunho através dos meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escaneirização etc. (Cambraia, 2005, p. 91).

Luis Fagundes Duarte (1997), em seu “Glossário de Crítica Textual” define a edição fac-similar como uma “[...] reprodução obtida por meios mecânicos [ou digital] [...] de um texto manuscrito, impresso ou esculpido, cujo o testemunho se revela muito importante, do ponto de vista estético e filológico [...]” (Duarte, [1997-]). Ele atualiza sua definição em “Os Palácios da Memória: Ensaio de Crítica Textual” (Duarte, 2019), considerando-a:

[Uma] reprodução obtida por meios mecânicos (litografia, fotografia, fototipia, etc.) de um texto **manuscrito, impresso, gravado ou esculpido, cujo testemunho se revela muito importante, do ponto de vista estético e filológico, e é de difícil acesso** [APL, 1990]. Começou a ser feita com meios litográficos já no início do século XIX (Duarte, 2019, p. 378, grifo nosso).

Dadas as particularidades dos documentos de censura de “Apareceu a Margarida”, que se apresentam como manuscritos modernos em suporte de papel, contendo uma variedade de formas de escrita, incluindo escrita à mão, datilografia e impressão, tornou-se crucial adotar um procedimento adequado para ordenamento, organização e leitura desses documentos. Nesse sentido, optou-se por empregar a metodologia de classificação desenvolvida pela Equipe de Textos Teatrais Censurados (ETTC).

Essa metodologia, proposta pela ETTC, associa os interesses filológicos aos princípios arquivísticos apontados por Belloto (2002) e oferece uma estrutura sólida para classificar os documentos de acordo com sua espécie ou tipologia documental, facilitando a análise e a interpretação dos materiais. Essa abordagem permite uma compreensão ampla da natureza e do conteúdo dos documentos, bem como de sua relevância para o estudo da peça “Apareceu a Margarida”.

Além disso, para garantir uma apresentação acessível dos documentos, foram adotados como critérios para a edição fac-similar dos documentos de censura de “Apareceu a Margarida” (vide Figuras 1, 2 e 3):

1. Exposição do material impresso ao escaneamento em luz branca através da máquina RICOH SP 3710SF, 105g/m² de velocidade de digitalização, preto e branco: 13 páginas por minuto (pelo alimentador automático: 600x300 pontos por polegada), em cores: 4 páginas por minuto (pelo alimentador automático

- 600x300 pontos por polegada, tamanho do vidro de exposição 216x297mm (A4), em tamanho máximo de digitalização (ARDF) até 216x 356mm (ofício), a resolução de 200 dpi (*dots per inch* ou pontos por polegada);
- 2. Utilização do software de digitalização NAPS2 com OCR (reconhecimento de caractere óptico) ativado;
- 3. Salvamento em memória através do formato PDF (documento em formato portátil), sem ajuste de cor e contraste da digitalização;
- 4. Em caso de ilegibilidade do manuscrito, utilização da transcrição diplomática seguindo critérios dispostos por Maia Júnior, Araújo e Prudente (2019);
- 5. Aplicação de tarjas ou mosaicos em assinaturas e informações pessoais (RG, CPF, etc.) (Maia Jr; Prudente, 2024[no prelo]).

A disposição do documento físico no formato digital foi derivada das considerações metodológicas apresentadas pelo Lapelinc (Namiuti *et al.*, 2017), especialmente no que se refere à etapa de transposição. Essa etapa é crucial para garantir que os documentos físicos sejam convertidos de maneira precisa para o ambiente digital, preservando sua integridade e detalhes. Em vez de utilizar a fotografia, como sugerido por Lapelinc (2017), optou-se pela técnica de escaneamento por luz branca. Essa escolha foi motivada pela necessidade de obter uma reprodução de alta qualidade. O escaneamento por luz branca oferece vantagens significativas em termos de clareza e precisão, capturando nuances que poderiam ser perdidas ou distorcidas através da fotografia convencional.

Para a classificação dos documentos, foi adotado o modelo proposto por Borges *et al.* (2021), revisado por Maia Jr. e Prudente (2024[no prelo]), que oferece uma estrutura abrangente e atualizada para categorizar os materiais de acordo com suas características específicas e seu contexto histórico (Quadro 1).

Quadro 1 - Metodologia de classificação proposta por Borges *et al.* (2021), atualizado por Maia Jr; Prudente (2023).

03 DOCUMENTAÇÃO CENSÓRIA	
03a	REQUERIMENTO
03b	OFÍCIO
03c	TEXTO TEATRAL
03d	PARECER
03e	MEMORANDO
03f	RELATÓRIO
03g	FICHA DE PROTOCOLO
03h	CERTIFICADO
03i	CAPA DE PROCESSO
03j	DESPACHO
03k	PORTARIA
03l	Tipologias não-diplomáticas diversas

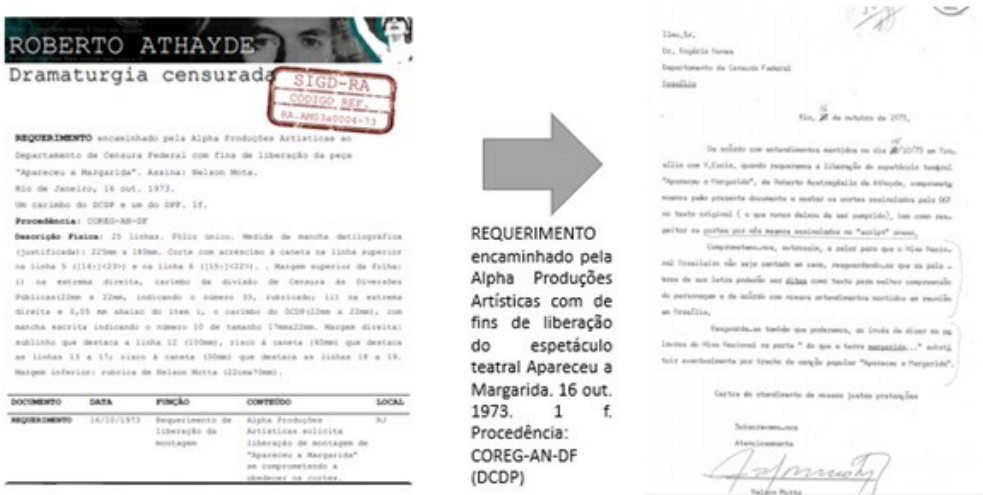
Fonte: Os autores.

E, como última etapa, para garantir a organização e acessibilidade dos documentos, será realizada uma descrição detalhada em fichas-catálogo, que comporão o dossiê digital de “Apareceu a Margarida”. Essas fichas proporcionarão um panorama completo dos documentos disponíveis, facilitando a busca e o uso desses materiais para futuras pesquisas e estudos relacionados à peça e ao contexto histórico em que foi produzida (Figura 4).

NOTAS SOBRE A PRÁTICA DE EDIÇÃO FAC-SIMILAR DOS DOCUMENTOS DE APARECEU A MARGARIDA

Como resultados parciais do trabalho desenvolvido, obtiveram-se notas práticas acerca dos exercícios de edição que possuem distinções das definições apresentadas por edição fac-similar. Acredita-se que essas distinções são

Figura 4 - Representação de modelo de ficha-catálogo ao lado do documento a que se refere.



Fonte: Os autores.

necessárias para uma adequada apresentação das fontes primárias. Os resultados parciais destacam-se em três aspectos principais: a intervenção do editor, o compromisso ético do editor em ser transparente em seus critérios de edição, e a consideração de novas possibilidades de produção do fac-símile.

A prática de edição fac-similar dos documentos de “Apareceu a Margarida” traz à tona importantes questões sobre a intervenção do editor e suas implicações na apresentação e interpretação dos materiais históricos. Como defendido por Cambraia (2005), a edição fac-similar se baseia no conceito de grau zero de mediação, em que a reprodução mecânica dos documentos é realizada sem qualquer interferência interpretativa por parte do editor. No entanto, é importante reconhecer que mesmo nesse tipo de edição, a intervenção do editor está presente em diferentes níveis.

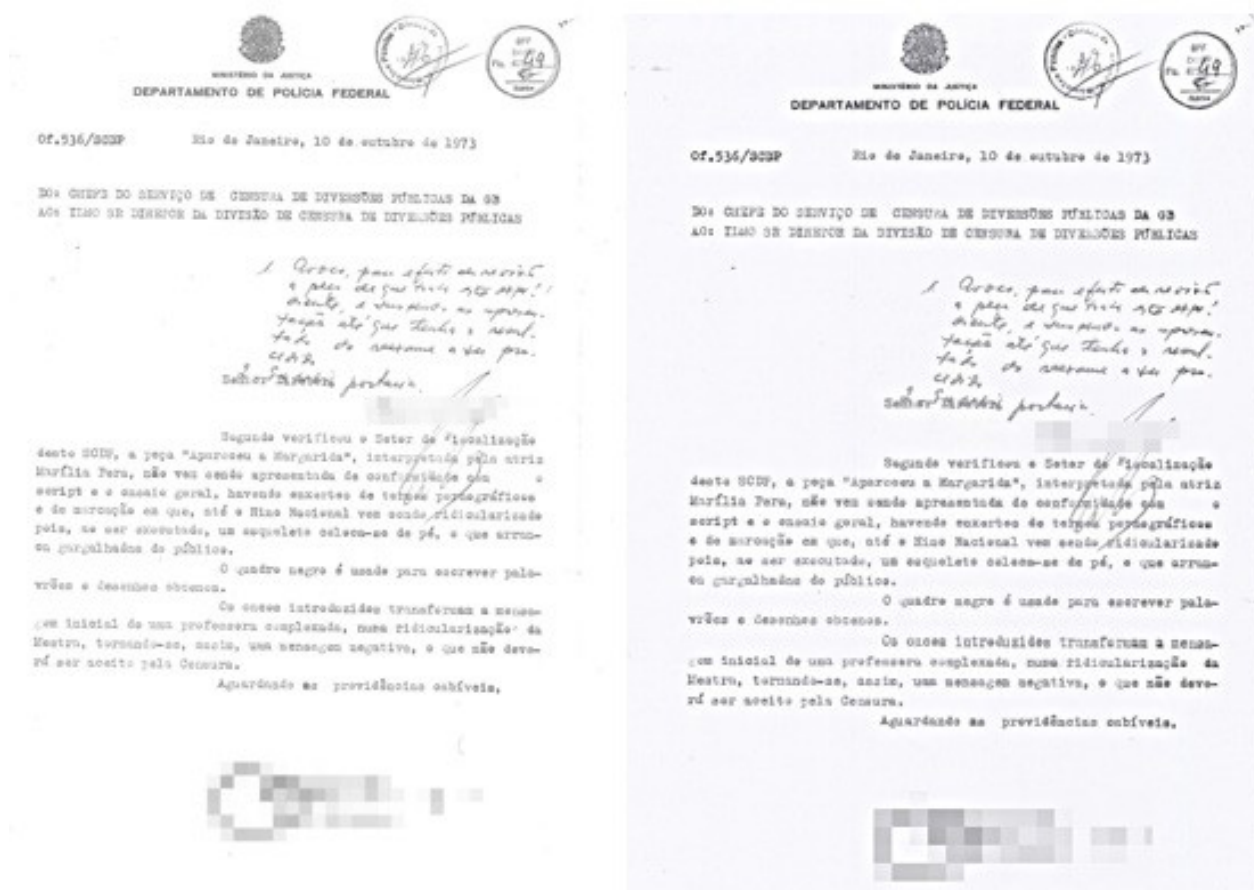
Como apontam Lose e Souza (2020):

[...] as edições fac-similares alteram, sim, o tecido textual, na medida em que parâmetros de luz, ângulo e enquadramento constroem (o cético diria deturpam) outra percepção para a materialidade, agora digital. A depender da qualidade do fac-símile, podemos obter como resultado novos olhares para o texto, a partir do manuseio das ferramentas de brilho, contraste ou nitidez, o que ajuda a leitura

de trechos mais difíceis a olho nu; mas também pode ser que haja perdas de informações já que a digitalização não permite observar elementos físicos importantes como textura, grau de acidez do suporte, ou outras impressões olfativas, táteis e visuais que são, muitas vezes, determinantes para a datação de um texto e para análises de fidedignidade, questões fundamentais também para a análise linguística (Lose; Souza, 2020, p. 14-15).

Sendo assim, ao escolher o maquinário utilizado na reprodução, determinar as relações de contraste e cor, e decidir o foco da reprodução, o editor exerce uma forma de intervenção que pode influenciar significativamente a percepção e compreensão dos documentos. Por exemplo, a escolha de ajustar o contraste ou cor pode destacar certos elementos dos documentos em detrimento de outros, alterando assim a ênfase e o impacto visual da reprodução. Da mesma forma, o foco da reprodução pode afetar a legibilidade e a interpretação dos materiais, privilegiando certas partes do texto em detrimento de outras. Toma-se, por ilustração, o ocorrido na Figura 5 em que se tem uma comparação de um fac-símile feito por um aparelho smartphone (à direita) e máquina digitalizadora profissional (à esquerda).

Figura 5 - Comparação entre fac-símiles de maquinários diversos: aparelho *smartphone* (à direita) e máquina digitalizadora profissional (à esquerda).



É notório que a comparação acima revela diferenças significativas que destacam a importância dos recursos utilizados e a consciência editorial na produção de edições fidedignas. A imagem capturada via *smartphone* apresenta uma série de dados físicos que destoam da cópia disponibilizada pelo Arquivo Nacional. Os aspectos como iluminação desigual, distorção na perspectiva e variação na resolução comprometem a legibilidade e a precisão do documento digitalizado. Essas distinções podem resultar em perda ou invenção de informações cruciais para a análise histórica e filológica dos documentos. Por outro lado, a digitalização realizada por uma máquina profissional exibe uma uniformidade na iluminação, precisão nas cores e clareza de detalhes que asseguram a integridade do documento.

Essas discrepâncias ressaltam que a consideração do nível de intervenção do editor não se baseia simplesmente em quem possui mais ou menos recursos tecnológicos, mas sim na consciência crítica do que está sendo produzido e apresentado como edição fidedigna. É fundamental que o editor tenha plena consciência dos métodos e tecnologias utilizados, reconhecendo as limitações e potencialidades de cada abordagem. A finalidade de uma edição, quando pensado o letramento histórico e a potência de ensinar que compete à Filologia (Gumbrecht, 2007), não pode ser comprometida por uma abordagem que ludibrie o leitor com o discurso de acesso ao original.

Essa postura, inevitavelmente, recorre ao sinalizado por David Kastan (2001), em seu trabalho “Shakespeare and the book”, ao destacar que muitas edições ao longo da história foram moldadas por padrões teleológicos, em que as intenções e finalidades do editor influenciaram significativamente a apresentação dos textos. Essa observação é pertinente ao considerar que, independentemente do método de digitalização utilizado, o editor deve estar ciente das implicações de suas escolhas e do impacto que elas terão na recepção e interpretação dos documentos.

Com isso e de acordo com a atualização da definição proposta por Duarte (2019), a produção de uma edição fac-similar exige do editor um compromisso ético substancial, considerando a multiplicidade de possibilidades de reprodução disponíveis. Esse compromisso deve ser pautado na transparência dos critérios adotados e no fornecimento do máximo de detalhes sobre o processo de produção dos fac-símiles. Dando, então, a permitir que os leitores e pesquisadores compreendam não apenas o resultado final, mas também as condições e escolhas que orientaram a reprodução.

No caso dos documentos de censura de “Apareceu a Margarida”, o método envolveu a exposição do material impresso ao escaneamento em luz branca através de uma máquina profissional, com especificações técnicas precisas quanto à resolução e à velocidade de digitalização. Utilizou-se o software de digitalização NAPS2 com OCR ativado, salvando-se os arquivos no formato PDF sem ajustes de cor e contraste. Em casos de ilegibilidade, procedeu-se com a transcrição diplomática seguindo critérios estabelecidos e

dispostos na própria edição. Além disso, foram aplicadas tarjas ou mosaicos em assinaturas e informações pessoais para proteger o direito de privacidade, conforme artigo 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Esse detalhamento técnico ilustra o rigor e a responsabilidade envolvida na edição fac-similar. O editor não apenas reproduz o documento, mas toma decisões que afetam a forma como o documento será interpretado e utilizado em futuras pesquisas. A transparência sobre esses critérios de edição é fundamental. Ela assegura que os usuários dos fac-símiles compreendam as condições sob as quais as reproduções foram feitas, proporcionando um contexto necessário para a análise crítica dos documentos. Inadequadamente, o nível de detalhamento das condições fac-similares ainda não é uma prática comum nas teses e edições publicadas que se resumem a indicar “alteração de cor, brilho e contraste”.

Nota-se que o compromisso ético do editor vai além da simples reprodução mecânica. Envolve uma atenção cuidadosa aos detalhes técnicos e uma comunicação clara e transparente sobre os métodos empregados. Sendo esse um esforço para possibilitar a garantia de que os fac-símiles sirvam como fontes orientadas para estudos históricos e filológicos éticos. A consciência do editor sobre o impacto de suas escolhas e a disposição para revelar essas escolhas contribuem para a integridade e a credibilidade do trabalho, promovendo um entendimento mais profundo dos documentos e de seu contexto histórico.

Com o avanço das tecnologias digitais, surgem novas possibilidades para a reprodução de fac-símiles que vão além das técnicas tradicionais de escaneamento e fotografia. Estas novas metodologias não só mantêm a integridade dos documentos originais, mas também os enriquecem com informações materiais e históricas em formatos digitais. Utilizando linguagens binárias como Cascading Style Sheets⁴ (CSS) e HyperText Markup Language⁵ (HTML), é possível transformar documentos históricos em bases digitais pesquisáveis e executáveis em diversas situações.

A abordagem de converter fac-símiles tradicionais em fac-símiles inscritos em metadados está em desenvolvimento pelos pesquisadores Maia Jr e Prudente, na tentativa de propor uma inovação significativa: a incorporação de metadados digitais que armazenam informações históricas e contextuais junto com as reproduções fac-similares. Dessa forma, cada fac-símile não é apenas uma imagem estática, mas um documento dinâmico, enriquecido com dados que podem ser pesquisados e analisados de maneira mais eficiente e profunda. Como exemplo dessa formatação, apresenta-se no Quadro 2 o fac-símile metadotado do mesmo documento contido no fac-símile da Figura 6, reproduzido através de scanner.

Os códigos contidos no Quadro 2 constituem-se um exemplo da utilização da linguagem de programação, com vistas à automatização da pesquisa, facilitando o gerenciamento e a preservação de documentos através da edição fac-similar.

Quadro 2 - Projeto de Fac-símile inscrito em metadado do Parecer de 15 de Outubro de 1973.

RA.AM03d0028-73
<pre> <center><div style="width: 600px; background-color: #fff; width: 600px; padding: 8px;"><div style="width: 500px; height: 121px; background-image: url(https://i.imgur.com/SmpcJ0s.png); padding: 50px;"><div style="width: 300px; height: 1px; padding: 10px; background-color: transparent; text-align: center; font-family: Courier New; color: #FFFFFF; font-size: 16px; letter-spacing: 2px; line-height: 10px;">[size=22]ROBERTO ATHAYDE[/size] Dramaturgia Censurada</div></div><div style="width: 550px; background-color: #FFFFFF; padding: 10px; text-align: justify; letter-spacing: 1px; font-family: Courier New; font-size: 12px; line-height: 12px; color: #000;"> [center][img(394px,424px)]https://i.imgur.com/tpjGnUe.jpg[/img] [/center] [color=#ffffff]PARECER TÍTULO: "APARECEU A MARGARIDA" AUTOR: "R.AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: NÃO LIBERAÇÃO Enfocando temática de contexto negativo, a peça mostra o despotismo de uma professora primária que a fim de justificar suas frustrações pretéritas extrapola perante classe fictícia de alunos ensinamentos torpes,com vistas à dar a estes subsídios flagrantemente distorcidos da realidade discente, Pelo fato de verificar-se no texto utilização abusiva de expressões obscenas, retratando tendenciosamente situações absurdas, quais sejam, o aviltamento e o achincalhe gratuito da imagem do mestre, o ultraje cívico ao Hino Nacional, manifesto-me calçado no que fixa o Decreto-lei nº 20,493,art.4l, letras a,e e f, pela NÃO LIBERAÇÃO da peça "APARECEU A MARGARIDA". BRASÍLIA,15 DE OUTUBRO DE 1973,"[/color] </div><div style="background-size: 600px; 300px; background-image: url(https://i.imgur.com/88BFFPy.png); padding: 60px; 50px;"></div></center> </pre>

Fonte: Os autores.

Figura 6 - Fac-símile RA.AM03d0028-73⁶.

Fonte: Os autores.

Esta nova metodologia oferece várias vantagens. Primeiramente, ao inscrever informações materiais e históricas diretamente nas base digitais, os fac-símiles se tornam mais acessíveis e úteis para os pesquisadores. Eles podem ser facilmente integrados em bancos de dados digitais, permitindo buscas avançadas e cruzamento de informações que seriam impraticáveis com documentos físicos ou fac-símiles tradicionais em PDF.

Além disso, a utilização de CSS e HTML para criar fac-símiles inscritos em metadados permite uma apresentação mais rica e interativa dos documentos. Os pesquisadores podem visualizar anotações, transcrições e outras informações contextuais diretamente no fac-símile, facilitando a interpretação e análise do documento. Esta abordagem também permite que os fac-símiles sejam acessados em diversas plataformas digitais, incluindo dispositivos móveis, ampliando o alcance e a utilidade dos documentos.

O desenvolvimento de fac-símiles inscritos em metadados representa um avanço significativo na preservação e estudo de documentos históricos. No entanto, também requer um compromisso contínuo dos editores com a precisão e a transparência. A criação de metadados digitais deve ser realizada com o mesmo rigor e atenção aos detalhes que se aplica à reprodução física dos documentos. Isso garante que as informações adicionais não distorçam ou obscureçam o significado original dos documentos.

É inerente, então, a nota de que as novas possibilidades de reprodução de fac-símiles oferecem um futuro

promissor para a Filologia e a Crítica textual. A integração de tecnologias digitais permite que os documentos históricos sejam preservados de maneira mais acessível, ao mesmo tempo que enriquece a pesquisa com novas ferramentas e métodos de análise. A transição para métodos digitais avançados na reprodução de fac-símiles não apenas preserva a integridade dos documentos, mas também amplia as possibilidades de pesquisa e análise. A aplicação de linguagens binárias como CSS e HTML para criar fac-símiles inscritos em metadados é um exemplo de como a tecnologia pode ser utilizada para enriquecer o estudo de documentos históricos, proporcionando novas ferramentas e métodos para os pesquisadores.

Embora a edição fac-similar seja geralmente vista como uma forma de reprodução neutra e objetiva, é importante reconhecer que as escolhas feitas pelo editor durante o processo de reprodução podem ter consequências significativas na forma como os documentos são percebidos e entendidos. Torna-se, então, importante que a edição fac-similar seja tratada como reprodução mediada de um documento original ou de sua cópia através de técnicas mecânicas ou digitais e que busca preservar a integridade visual e material do testemunho, considerando as intervenções éticas, metodológicas e práticas do editor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS FAC-SÍMILES COMO FONTE DE PESQUISA PARA LETRAMENTOS HISTÓRICOS

Através das discussões apresentadas, foi possível evidenciar a importância dos documentos de censura relacionados à peça “Apareceu a Margarida” como testemunhos valiosos de sua época. Estes documentos não só refletem o processo de criação e as intervenções sofrida, mas também trazem à tona as práticas repressivas do regime militar brasileiro, especialmente sob o AI-5. A análise e a edição desses documentos, portanto, oferecem um olhar profundo sobre o impacto da censura e os mecanismos de controle cultural impostos durante aquele período.

A edição fac-similar é deslocada então como uma prática que democratiza as fontes de maneira que os documentos sejam utilizados como fontes primárias para o letramento histórico. Esse tipo de edição proporciona a preservação dos documentos e o deslocamento do leitor para compreensão do texto na época em foi produzido. Dessa forma, a Filologia e o trabalho do filólogo são cruciais na produção desses fac-símiles, assegurando o critério de reprodução do texto histórico.

No caso específico de “Apareceu a Margarida”, os documentos de censura servem como fontes primordiais para entender o período do AI-5 e os instrumentos de repressão utilizados pelo regime militar contra a produção teatral brasileira. Em um momento de tensão política, como indicado por pesquisa do Datafolha (2020), em que cerca de 65% da população desconhece o que foi o AI-5, esses

documentos tornam-se ainda mais relevantes. Eles oferecem um ponto de partida para discussões educacionais e para o desenvolvimento de um letramento político que permita aos pesquisadores, estudantes e amantes do teatro compreenderem melhor a história da dramaturgia e da censura no Brasil.

NOTAS

¹Lygia Quintella Lins, conhecida artisticamente como Yumara Rodrigues, é amplamente reconhecida como a dama do teatro na Bahia. Esse nome de registro jurídico frequentemente aparece em documentos oficiais.

²Serviços de Censura de Diversões Públicas (SCDP)

³Para Duarte (1997), tradição direta é conjunto de testemunhos de uma obra.

⁴Tradução livre: folha em cascatas.

⁵Tradução livre: Linguagem de Marcação de Hipertexto.

⁶A atribuição do código RA.AM03d0028-73 segue a metodologia de classificação e arquivamento da Equipe de Textos Teatrais Censurados (ETTC). Nesse sistema, “RA” representa a sigla do autor, Roberto Athayde, “AM” refere-se à obra “Apareceu a Margarida”; “03” indica a série de documentação censória (conforme detalhado no quadro 2); “d” denota a tipologia textual; “0028” é o número de ordenamento do item e “73” corresponde ao ano em que o documento está datado, no caso, 1973.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, BORGES, SOUZA. Dez obras para conhecer Crítica Textual. In: CARVALHO; CYRINO. **GuiaLET guia de leituras do Instituto de Letras**. EDUFBA, 2022

ATHAYDE, R. As peças precoces: **Apareceu a Margarida e outras obras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto

BORGES, R. **Edição do texto teatral na contemporaneidade**. Salvador: EDUFBA, 2021.

BORGES, R. Texto e memória: edição e estudo de textos teatrais. **Cadernos do CNLF (CíFEFil)**, v. xi, p. 88-102, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CAMBRAIA, C. N.. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Censurada de Roberto Athayde: acervo e edição de Os Desinibidos. f.347. Il. 2018.

CERTIFICADO de censura retificado de APARECEU A MARGARIDA. 15 set. 1973

CORREIA, F. P. **O Desabrochar de uma flor em tempos de repressão**: Edição e Crítica Filológica de Apareceu a Margarida de Roberto Athayde. 2013. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Bahia, 2013.

DUARTE, L. F. **Glossário de Crítica Textual**. Universidade Nova de Lisboa. 1997.

DUARTE, Luiz Fagundes. **Os palácios da memória: ensaios de crítica textual**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura e liberdade de expressão**. São Paulo: Record, 1974.

GARCIA, M. **“Ou vocês mudam ou acabam”: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GUMBRECHT, H. U. **Los poderes de la filología**: dinámicas de una práctica académica del texto. Tradução Aldo Mazzucchelli. México: Universidad Iberoamericana, 2007.

KASTAN, D. S. **Shakespeare and the book**. Columbia University, 2001.

LOSE, A.; SACRAMENTO, A. **Para uma Filologia na Pesquisa em Linguística Histórica**. Revista Letras, 2020.

MAIA JR, E.; PRUDENTE; F. Testemunhos de violência: os documentos de censura de *Apareceu a Margarida*. In: GONÇALVES *et al.* **História e Funcionamento das Línguas Naturais**. Salvador: EDUFBA, 2023).

OFÍCIO nº 536/SCDP. Encaminhado pelo SCDP ao DCDP exigindo providências cabíveis à montagem de Apareceu a Margarida devido ao não cumprimento do script autorizado. 10 out. 1973. 1 f. Assina: O.M. Procedência: COREG-AN-DF (DCDP)

PARECER emitido pelo DCDP para fins de reconsideração da suspensória das apresentações de Apareceu a Margarida. 17 out. 1973. 1 f. Assina: R.N. Procedência: COREG-AN-DF (DCDP).

PRUDENTE, F. **Filologia e humanidades digitais no estudo da dramaturgia censurada de Roberto Athayde: acervo e edição de Os Desinibidos**. f.347. II. 2018. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PRUDENTE; SOUZA. Algumas leituras para compreender Filologia. In: CARVALHO; CYRINO. **GuiaLET guia de leituras do Instituto de Letras**. EDUFBA, 2022.

REQUERIMENTO encaminhado pela Alpha Produções Artísticas com fins de liberação do espetáculo teatral Apareceu a Margarida. 16 out. 1973.

SANTOS, J. V.; NAMIUTI, C. De manuscritos históricos a corpora anotados: do Documento Digital Texto (DDT) ao corpus anotado. **A Cor das Letras**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 60-66, 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.